

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

AOS ACIONISTAS

A Administração da Fibam, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, contemplam as práticas contábeis internacionais conforme o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2013, exceto quando especificado de outra forma.

PERFIL CORPORATIVO

Com mais de sessenta anos de atuação, a Fibam é líder na produção de fixadores especiais para a indústria automobilística no Brasil, mantendo o compromisso de garantir segurança, qualidade, eficiência e a satisfação de seus clientes. O portfólio da Companhia é direcionado para aplicações críticas que exigem alto grau de segurança como: motores, suspensões, freios, cintos de segurança, rodas e sistemas de direção.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2014 trouxe recessão técnica à economia brasileira, causada tanto pela lenta recuperação da atividade econômica mundial como pela deterioração dos fundamentos da economia doméstica. Com os tímidos sinais de recuperação ao final do ano, tudo indica que o resultado do PIB será positivo, mas ainda muito perto de zero. Em um ano com dois grandes e importantes eventos, como a Copa do Mundo de Futebol e as eleições presidenciais, a produção industrial apresentou retração de 3,2%, com redução em 10 dos 15 estados pesquisados, segundo o IBGE.

Além disso, conviveu-se com forte e persistente pressão inflacionária. O IPCA, ao final de 2014, alcançou 6,41%, muito próximo ao teto da meta de inflação. Frente a esse cenário, a autoridade monetária promoveu, ao longo de 2014, cinco aumentos na taxa básica de juros que saiu de 10,0% a final de 2013 para 11,75% ao final de 2014.

Já a indústria automobilística brasileira encontrou em grande parte de 2014 um ano bem desafiador. A restrição de crédito para consumidores e produtores causou reduções de produção no primeiro semestre. O terceiro trimestre deu sinais de recuperação que não se confirmou no último trimestre do ano. A produção total de veículos alcançou 3.146,2 mil unidades em 2014, 15,3% a menos do que o verificado em 2013.

A expectativa da Anfavea para 2015 é a de aumento na produção total de veículos montados para 3.276 mil unidades, o que representaria elevação de 4,1% sobre a produção de 2014.

Na Fibam, continuamos direcionando esforços para a busca do aumento da eficiência, revisitando processos e reformulando as estruturas administrativas e produtivas com o objetivo de se adequar às realidades econômica e setorial. Também buscamos o aumento da prospecção com o aumento da prototipagem para entrada em novos clientes.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Em R\$ mil)

ATIVO	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE	46.880	44.345
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.512	261
Aplicações Financeiras*	6.344	12.349
Clientes Nacionais	8.297	10.114
Clientes no Exterior	296	256
Impostos a Compensar/Recuperar	265	387
Contas a Receber	774	285
Estoques	22.981	20.280
Despesas Antecipadas	633	413
Provisão para Recuperação Judicial	5.778	-
NÃO CIRCULANTE	39.697	41.838
Depósitos Judiciais	38	38
Outros Créditos	20.481	20.550
Imobilizado	19.178	21.250
TOTAL DO ATIVO	86.577	86.183

* Reclassificado

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

No início do 4T14, fomos surpreendidos com inesperada escassez de crédito e negativa de instituições financeiras quanto a manutenção de nossas linhas de créditos. Com isso, em 14 de outubro, a Fibam ajuizou Pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Não obstante os esforços da administração na busca de renovações de suas linhas de créditos, o pedido de recuperação judicial configurou-se como a alternativa mais adequada para o momento. A medida visou preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa mantendo a segurança operacional e compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

Importante mencionar que a solicitação da Recuperação Judicial se deu exclusivamente em caráter preventivo, pela necessidade de capital de giro dada a inexistência de crédito. A Companhia não possui débitos ou sequer protesto de fornecedores ou atraso com empregados. A Fibam está comprometida com a segurança de continuidade de fornecimento aos seus clientes. Confia que, após os ajustes necessários, o País retorne a condução efetiva da economia, com a respectiva melhora do mercado de automóveis e oferta de crédito. Confiante no futuro, acredita que a medida foi a mais adequada para o momento, no que tange a proteção dos interesses dos seus clientes, empregados, acionistas e fornecedores.

Aproveitamos para cumprimentar e agradecer a quem, de alguma forma, está comprometido com a Companhia e sua história.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2014, a Companhia alcançou o montante de R\$ 81,4 milhões em receita operacional líquida, montante 16,9% menor quando comparado aos R\$ 97,9 milhões obtidos em 2013. A redução observada entre os períodos reflete: i) o cenário econômico e setorial adverso; ii) maior participação das vendas de veículos importados; e iii) aumento da importação de autopeças.

LUCRO BRUTO, MARGEM BRUTA E DESPESAS OPERACIONAIS

Na comparação anual, a participação do CPV na receita líquida passou de 79,5% em 2013 para 82,7% ao final de 2014, refletindo a pressão nos custos de matérias-primas e mão de obra no período.

Com isso, o lucro bruto em 2014 somou R\$ 14,0 milhões, montante 29,8% inferior aos R\$ 20,0 milhões obtidos em 2013. A margem bruta ao final do ano foi de 17,3%, redução de 3,2 p.p. à margem registrada no mesmo período do ano passado.

No ano de 2014, a Companhia registrou despesas operacionais no montante de R\$ 14,7 milhões, redução de 19,7% frente os valores obtidos no exercício precedente. Todas as subtotais apresentaram redução na comparação com ano de 2013. As despesas com vendas tiveram redução de 19,9% já que a redução do volume de vendas implica em menores despesas com fretes e comissões. As despesas administrativas, que somaram R\$ 7,2 milhões, foram 1,8% menores do que em 2013, enquanto a remuneração dos administradores foram reduzidas em 35,5% no mesmo período. As despesas tributárias, R\$ 4,1 milhões em 2013, caíram para R\$ 2,4 milhões em 2014.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE	38.412	35.919
Fornecedores Nacionais	8.526	4.816
Fornecedores no Exterior	40	12
Instituições Financeiras	21.634	21.575
Impostos a Recolher	2.283	1.761
Obrigações Trabalhistas e Encargos a Pagar	4.808	3.679
Contas a Pagar	991	847
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	130	3.229
NÃO CIRCULANTE	31.014	30.794
Instituições Financeiras	9.760	15.235
Parcelamento de Tributos Federais, Estaduais e Previdenciários	21.254	15.559
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.151	19.470
Capital Social	23.749	23.749
Reserva de Reavaliação	1.081	1.081
Prejuízos Acumulados	(7.679)	(5.360)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	86.577	86.183

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em R\$ mil)

Descrição	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Investimento	Reserva de Reavaliação		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	23.749	1.743	1.154	1.081	(4.325)	23.402
Prejuízo do Período	-	-	-	-	(2.316)	(2.316)
Compensação de Prejuízos Acumulados	-	(1.743)	(1.154)	-	2.897	-
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	(1.616)	(1.616)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	23.749	-	-	1.081	(5.360)	19.470
Reversão da Provisão dos J.C.P e Dividendos	-	-	-	-	3.099	3.099
Prejuízo do Período	-	-	-	-	(5.417)	(5.417)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	23.749	-	-	1.081	(7.679)	17.151

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em R\$ mil)

- RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
A Companhia ajuizou Pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Não obstante os esforços da administração na busca de renovações de suas linhas de créditos não ocorridas, o pedido de recuperação judicial configurou-se como a alternativa mais adequada para o momento. Seu deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 13 de novembro de 2014. A medida visou preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa mantendo a segurança operacional e compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.
A Recuperação Judicial se deu exclusivamente em caráter preventivo, pela necessidade de capital de giro dada a inexistência de crédito. A Companhia não possuía, na ocasião, débitos ou sequer protestos de fornecedores ou atrasos com empregados.
Para elaboração do plano de pagamento, foram consideradas as dívidas até a data do pedido de recuperação judicial, as quais foram agrupadas em quatro classes de credores. Abaixo seguem demonstrados os valores em 14 de outubro de 2014:
Credores Sujeitos a Recuperação Judicial

	Fornecedores	Empréstimos	Trabalhista	Total
Credores Derivados da Legislação Trabalhista	-	-	1.148	1.148
Credores com Garantia Real	-	18.551	-	18.551
Credores Quirografários	7.777	12.841	-	20.618
Credores (ME e EPP)	61	-	-	61
Total Sujeito a Recuperação Judicial	7.838	31.392	1.148	40.378

- CONTEXTO OPERACIONAL**
A Companhia produz e comercializa fixadores, com acentuada diversificação para, praticamente, todos os setores da economia. Os produtos são de aço comum ou nobre nos mais variados tipos e acabamentos.
Com atuação bastante heterogênea, abrange, além do mercado externo, tanto a indústria automobilística e de autopeças, como indústrias de compressores de frio, nas mais diversas fases de montagem e manutenção.
- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requeridas para os exercícios findos em 2014 e 2013 e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações constantes nas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CPC - Conselho Federal de Contabilidade relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Dessa forma, as estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vendas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos bens, análise de risco para determinação da provisão para perdas de crédito, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.
São apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).
As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16/02/2015.
- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
 - Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
 - Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem.
 - Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas, em sua quase totalidade, à variação da Taxa de Juros de SELIC e, dessa forma, também se aproximam do valor de mercado.
 - Derivativos:** A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.
 - Política de gestão de riscos financeiros**
A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação as transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.
Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.
 - Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber. A administração da Companhia considera esse risco pequeno dada o perfil dos clientes. No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e segunda linha e não ter concentração desses investimentos em um único grupo econômico.
 - Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Após a solicitação do pedido de Recuperação Judicial, foi enfatizado o conceito de administração da liquidez do caixa, e estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira. O deferimento e aprovação do processo de recuperação judicial não alteram o risco em questão.

- Riscos de mercado:**
 - Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Com a solicitação da recuperação judicial as linhas de créditos devem ser reduzidas.
 - Risco com taxa de câmbio:** A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de equipamentos.
- Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía obrigações irrelevantes em moeda estrangeira.
- Análise de sensibilidade**
A Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos captados em moeda nacional). Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).
A Companhia utiliza taxas de juros projetadas, com base na média praticada e obtidas na data do vencimento dos seus respectivos contratos.
Dessa forma, as taxas praticadas para desenvolvimento do cenário I e II, foi o CDI+spread = 1,52% a.m. para as dívidas em moeda nacional.

Passivos	Risco	Cenário I	Cenário II
Dívidas em Moeda Nacional	Aumento do CDI	31.990	32.110

e) Clientes e fornecedores de curto prazo - Os resultados das análises de prazos e valores demonstraram não haver relevância que justifique ajustes a valor presente.

f) Impostos a compensar/recuperar - Os valores referem-se a créditos de PIS, COFINS e ICMS sobre os investimentos em imobilizado.

g) Estoques - É avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, inferiores aos preços de mercado ou aos valores de realização. No caso dos estoques acabados e em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluído custos de empréstimos. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil. A Fibam não possui estoques dados como penhor de garantia ou alienado a passivos financeiros. (vide nota 5).

h) Apuração do resultado e critério de reconhecimento da receita de vendas
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Fibam, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Fibam transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Fibam não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Fibam;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. As premissas adotadas pela Administração da Companhia para as análises, inclusive de fornecedores e clientes são determinadas em função de prazos de pagamento e recebimento de títulos em conjunto com a análise de relevância de valores.

j) Imobilizado - Demonstrado ao custo de aquisição, construção e reavaliação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas de acordo com o método linear, levando-se em conta a vida útil econômica dos bens. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, objetivando avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída estimativa para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Desde o exercício de 2009 a empresa vem ajustando as taxas de depreciação em função da vida útil econômica estimada dos bens.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos.

k) Férias e encargos sociais a pagar - Constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço incluindo os correspondentes encargos sociais.

l) Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09
A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 por meio da qual as apurações do Imposto de Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o sexênio 2009-2010-2011-2012-2013, e 2014 continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigente em 31 de dezembro de 2007. Os ajustes decorrentes das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371.

m) Programa de participação nos lucros - As provisões para o PLR do exercício de 2014, até o 4º trimestre foram contabilizadas no montante de R\$ 208.

n) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

ESTOQUES:	31/12/2014	31/12/2013
Contas		
Produtos Acabados	3.746	4.428
Produtos em Processo	15.483	11.726
Matéria-Prima	736	1.121
Materiais de Consumo	1.020	1.146
Ferramentas	1.819	1.635
Peças de Manutenção e Materiais Auxiliares	177	204
Total	22.981	20.280

EBITDA

O EBITDA somou R\$ 3,6 milhões em 2014, montante 53,3% inferior ao obtido em 2013, quando alcançou R\$ 7,7 milhões. Com isso, a margem EBITDA no ano de 2014 foi de 4,4%, 3,4 p.p. a menos do que o auferido no ano anterior. A dificuldade no repasse do aumento dos custos de matérias-primas e mão de obra é um dos principais ofensores da rentabilidade da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2014, o resultado financeiro líquido representou despesa de R\$ 4,8 milhões, 18,3% acima dos R\$ 4,0 milhões registrado em 2013. A variação é explicada pela diferença nas taxas de juros vigentes ao longo dos períodos de comparação, já que, em 2014, devido à pressão inflacionária ocorreram cinco aumentos na taxa básica de juros (taxa ao final do ano: 11,75% a.a. em 2014 e 10,0% em 2013).

LUCRO LÍQUIDO

Ao final de 2014, a Fibam registrou prejuízo líquido de R\$ 5,4 milhões enquanto em 2013 havia sido registrado resultado líquido negativo de R\$ 2,3 milhões.

ENDIVIDAMENTO

A dívida líquida em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 23,5 milhões, 2,9% inferior à registrada no mesmo período do ano passado, quando seu valor somava R\$ 24,2 milhões. A relação dívida líquida/patrimônio líquido atingiu 1,4x.

VALOR ADICIONADO

A demonstração da distribuição do valor adicionado da Fibam tem como objetivo apresentar a destinação da riqueza criada para os seus *stakeholders* (empregados, governo, instituições financeiras e acionistas). No ano de 2014, a Companhia gerou R\$ 39,6 milhões ante R\$ 54,6 milhões em 2013, sendo tais valores distribuídos da seguinte maneira: (i) 67,0% para pessoal, (ii) 31,3% direcionados ao governo, (iii) 15% para capital de terceiros e, (iv) para capital próprio houve redução em 13,7%.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Capital Social integralizado em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 23,7 milhões, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias (FBMC3) e 461.354 preferenciais (FBMC4). Assim, a estrutura societária ficou dividida da seguinte maneira: (i) 51,4% de participação da família Paperini, (ii) 12,3% a Arbelá FIA, (iii) 9,3% a Fama Futurevalue FIA e (iv) 27,0% de participação a outros.

AUDITORES INDEPENDENTES

Na Bina SP Auditores Independentes foi contratada pela Fibam para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Esta empresa de auditoria não prestou, em 2014, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em R\$ mil)

	2014	%	2013	%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	81.362	100,00	97.868	100,00
Custo dos Produtos Vendidos	(67.296)	(82,71)	(77.832)	(79,53)
LUCRO BRUTO	14.066	17,29	20.036	20,47
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS	(14.716)	(18,09)	(18.321)	(18,72)

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em R\$ mil)

em todas as instâncias judiciais e atualmente o processo encontra-se em fase de liquidação de Sentença. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos, a probabilidade de realização do crédito é superior a 60%, equivalente, portanto, a R\$ 78.196, aproximadamente. Dessa forma, o valor contábil é inferior ao valor de realização e assim a Administração da Companhia decidiu manter o contábil no montante de R\$ 20.476 em 31 de dezembro de 2014.

Contas	Taxa Anual Média Ponderada	31/12/2014		31/12/2013	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos (*)		1.242	-	1.242	1.242
Edificações	3,96%	5.176	(3.637)	1.539	1.599
Máquinas e Equipamentos	9,11%	57.065	(41.419)	15.646	17.624
Móveis e Utensílios	9,77%	699	(584)	115	140
Veículos	9,65%	445	(403)	42	47
Equip. Informática/Software	19,95%	3.014	(2.820)	194	275
Outros Bens/Direitos		400	-	400	323
Total		68.041	(48.863)	19.178	21.250

(*) A conta de Terrenos inclui reavaliação no montante de R\$ 1.081 mil.

Mutação do Imobilizado 2014/2013

	Edifi- cações	Terre- nos	Máq./ Equip.	Móv./ Utens.	Veículos	Softwa- re	Inf./ Direitos	Bens/ Saldo
Saldo Inicial 2013	1.392	1.242	18.507	165	51	390	401	22.148
Adições	256	-	1.170	2	-	13	-	1.441
Baixas	-	-	-	-	-	-	(78)	(78)
Depreciação	(49)	-	(2.053)	(27)	(4)	(128)	-	(2.261)
Saldo Final 2013	1.599	1.242	17.624	140	47	275	323	21.250
Adições	-	-	90	-	-	10	77	177
Baixas	-	-	-	-	-	(27)	-	(27)
Depreciação	(60)	-	(2.068)	(25)	(5)	(64)	-	(2.222)
Saldo Final 2014	1.539	1.242	15.646	15	42	194	400	19.178

Parte dos imóveis e equipamentos está vinculada como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras, conforme mencionado na nota 9.

9. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:

	Moeda	Indexador	31/12/2014	31/12/2013	Venc. final	Forma de pagto.
Financiamentos de Capital de Giro	R\$	CDI	30.489	34.801	02/2017	Mensal
Financiamento de Máquinas Importadas			905	2.009		
- Finimp	EURO	EURIBOR	-	345	09/2014	Trimestral
- Finimp	US\$	LIBOR	293	713	01/2015	Trimestral
- Finame	R\$	Taxa Fixa	52	276	01/2015	Mensal
- Finimp	US\$	Taxa Fixa	560	675	05/2016	Semestral
			31.634	36.810		
Passivo Circulante			21.634	21.575		
Passivo não Circulante			9.760	15.235		

Os valores apresentados estão líquidos das despesas financeiras incorridas quando da contratação dos empréstimos.

Os financiamentos e empréstimos têm como garantia, conforme o caso, alienação fiduciária, caução de títulos (duplicatas), notas promissórias e aval de acionistas.

As garantias dos financiamentos de capital de giro compõem-se de máquinas e equipamentos do ativo imobilizado no valor líquido de R\$ 5.449 (31/12/2014) e R\$6.128 (31/12/2013); Aplicações financeiras de R\$6.344 (31/12/2014) e R\$12.349 (31/12/2013).

Não houve captação de novas linhas de créditos no trimestre que atrelasse qualquer bem do ativo imobilizado como garantia.

10. TRIBUTOS PARCELADOS E OUTROS:

	Parce- lados	Reclassi- ficados	31/12/14	31/12/13
PAEX - PIS/COFINS/PI e INSS	2.498	9.817	12.315	8.181
PPI - ICMS	1.924	3.002	4.926	7.377
ICMS-PEP LP	8.712	-	8.712	-
Total	13.134	12.819	25.953	15.558

Com base em parecer jurídico a Companhia reclassificou neste exercício o montante de R\$ 12.819, referentes as obrigações fiscais e sociais que constituem objeto de compensação destas exigibilidades, as quais teriam sido pagos indevidamente ou a mais. Os parcelamentos são provenientes de processos de consolidação de tributos em atraso, com parcelas mensais e consecutivas.

11. PROVISÕES E OUTRAS CONTAS A PAGAR:

Descrição	31/12/14	31/12/13
Provisões de Férias e 13º Salários (a)	1.947	2.239
Contas A Pagar	748	846
Provisão para Frete e Outros	723	829
Outras Contas a Pagar (Comissões, Serviços de Terceiros e Outras)	25	17
Total	2.695	3.085

(a) Valores incluídos em Obrigações Trabalhistas e Encargos a pagar no balanço.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 23.749, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias e 461.354 preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva de Reavaliação

A companhia optou por manter o saldo da reserva até a sua efetiva realização.

c) Reversão dos Juros de Capital Próprio e Dividendos

Em assembleia geral realizada em abril de 2014, a administração da Companhia propôs fazer a reversão do montante dos juros de capital próprio e dividendos, respectivamente dos anos-calendário de 2012 R\$ 1.613 e 2013 R\$ 1.486. Aprovada a proposta, o montante de R\$ 3.099 foi revertido para o patrimônio líquido na conta prejuízos acumulados.

d) Lucro (Prejuízo) por Ação

	31/12/14	31/12/13
(Prejuízo) Lucro Líquido Exercício	(5.417)	(2.316)
(Prejuízo) Lucro por Ação	(7,4561)	(3,1878)

• Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível às ações da Companhia.

Durante o exercício não houve emissão de novas ações, portanto não foram pagos quaisquer prêmios sob este pretexto.

A Companhia não detém nenhum tipo de ação em tesouraria. Também não possui participações; nem é Controlada por outras Companhias, portanto não existem parcelas de lucro a serem atribuídas a acionistas controladores.

• Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

13. COBERTURA DE SEGUROS

Bens do ativo imobilizado e estoques estão cobertos com seguros, em montante suficiente para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações da Companhia em caso de sinistros. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

14. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 da Companhia foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 673, de 20 de outubro de 2011 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1). As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores. As mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa divulgados como parte das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins comparativos, consideram a aplicação dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ("CPCs"), aprovados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A demonstração do valor adicionado ("DVA") tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

ANDRÉ DE LORENCI - Contador - CRCSP 1SP217350/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da

FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Fibam Companhia Industrial - Em Recuperação Judicial, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria e desta forma, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Base para abstenção de opinião

4. Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, em 14 de outubro de 2014, a Companhia ajuizou na Comarca de São Bernardo do Campo do Estado de São Paulo, pedido de recuperação

judicial nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 13 de novembro de 2014, foi publicado o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial. Em 14 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. A assembleia geral de credores, nos termos da referida Lei, votará pela aprovação ou não do referido plano, em prazo que não excederá a 180 dias contados do deferimento do processamento do pedido da recuperação judicial. A Companhia apresentou ainda, a lista de credores que serão pagos nos termos deste plano, não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014, tendo em vista a dependência dos eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer tais como: a aprovação ou não do plano de recuperação por parte dos credores, bem como o resultado de sua execução.

5. Devido ao fato da Companhia depender da aprovação ou não do plano de recuperação judicial por parte dos credores e o sucesso da implantação do mesmo, conforme mencionado no parágrafo 4 acima, não nos foi possível concluir se as demonstrações contábeis da Companhia deveriam ser preparadas com base na continuidade normal dos negócios ou se deveriam ser preparadas em uma base de liquidação. A base de preparação das demonstrações contábeis; a realização do ativo imobilizado relacionado à atividade produtiva; a realização dos demais ativos, bem como o pagamento de fornecedores, dos empréstimos e financiamentos, das provisões adicionais de passivos, e de todos os demais passivos, estão diretamente vinculados com a aprovação do plano de recuperação por parte dos credores e sucesso na implantação do plano e são fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano. Esses eventos aqui descritos estão fora do controle da Companhia.

6. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 4 e 5 acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impacto importante

nas operações da Companhia. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.

Abstenção de opinião sobre as informações contábeis intermediárias

7. Devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos 4 a 6, incluídos na seção "Base para abstenção de opinião" não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

8. Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos 4 a 6 incluídos na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a demonstração do valor adicionado acima referida.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2015.

ISIDÉRIO DEUSDADO FERNANDES
CRC CT 1SP 165.075/O-2

BINAH SP AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP 009.597/O-8